

ARTIGO

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Glaucia Elen Santos Xavier*

Universidade Estadual de Feira de Santana

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p64-81

resumo

Com base em pesquisa bibliográfica e em uma abordagem qualitativa, este artigo utiliza autores como Chartier (2002; 2011), Hall (2006; 2016), Munanga (1999; 2005), Albuquerque e Fraga Filho (2006), Schwarcz (1994) e Domingues (2007) para compreender como se estabelecem as representações e quais as bases que sustentam a posição atribuída à população negra. A qual, na ânsia da formação da identidade nacional brasileira, sofreu com as teorias raciais, a tentativa de embranquecimento e o mito da democracia racial, fatores que influenciaram profundamente sua construção identitária individual e coletiva.

PALAVRAS-CHAVES: identidade nacional; pós-abolição; representação

*Graduada no curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail para contato: xavierglaucia22@gmail.com

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Glaucia Elen Santos Xavier

Introdução

Retirado e adaptado de um trabalho monográfico, este artigo tem por objetivo analisar como as representações se constituem e como foram formuladas em relação à população negra durante o processo de formação da identidade nacional brasileira. Busca-se compreender de que modo essas construções impactaram a forma como os negros são vistos e como se veem no período pós-abolicionista, em meio a preconceitos, discriminação e uma falsa aceitação.

Para tanto, este estudo apoia-se na perspectiva da história da cultura, especialmente em Chartier (2002; 2011) e Hall (2006; 2016). O conceito de representação é destrinchado e fornece os caminhos necessários para o desdobramento em outros, como diferença, estereotipagem e identidade. Esses elementos estão interconectados e permitem analisar as bases sobre as quais a classe dominante construiu, no imaginário social brasileiro, a imagem da população negra, uma concepção que persiste até hoje.

A construção da identidade nacional no Brasil buscou, reiteradamente, suprimir questões raciais, recorrendo a teorias raciais, à ideologia do branqueamento e ao mito da democracia racial. Dessa forma, foi imposta às pessoas negras uma representação que precisa ser revista, confrontada e, quando necessário, negada.

A pesquisa desenvolveu-se a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em levantamento bibliográfico. Foram consultados e analisados textos de referência de autores que problematizam a relação entre os conceitos mencionados. A opção pela pesquisa bibliográfica se

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Glaucia Elen Santos Xavier

justifica por possibilitar a articulação entre diferentes contribuições teóricas, permitindo identificar como se consolidaram, no campo intelectual brasileiro, representações que buscaram naturalizar a inferioridade da população negra e como tais discursos ainda ecoam no presente. O procedimento metodológico não se restringiu à compilação de obras, mas buscou construir uma leitura crítica e comparativa, evidenciando diálogos, tensões e permanências nos discursos sobre identidade e diferença. Dessa forma, a abordagem adotada se alinha ao objetivo central do artigo.

Representação e identidade

A representação é a categoria de análise principal deste trabalho, pois é através dela que se poderá entender os demais. Hall (2016) a coloca como um conceito e uma prática, sendo a diferença e a estereotipagem instrumentos que permitem observar seu funcionamento.

Chartier (2002; 2011) e Hall (2016) adotam estratégias diferentes para tratar da temática. Chartier (2011), entre os anos de 1982 e 1986, tem como principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, dada a ler. Ele traz como a representação permite a compreensão das relações entre indivíduos ou grupos e o mundo social:

Assim construído, o conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular, sem dúvida, melhor do que nos permitia a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Glaucia Elen Santos Xavier

práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder (Chartier, 2011, p. 20).

Já Hall (2016), explora duas abordagens construtivistas: a semiótica, posta pelo semiólogo Ferdinand de Saussure, e a discursiva, associada ao filósofo e historiador Michel Foucault. Ele busca compreender como a representação e a linguagem produzem sentido e quais são os seus efeitos e as consequências.

Chartier (2011) apresenta duas definições principais. Na primeira, a representação é posta como uma forma de apresentar um objeto ausente, podendo ser uma coisa ou uma pessoa, daí surge o sentido de representar alguém em um evento. Na segunda, ela se manifesta como exibição de algo, uma demonstração de presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. As duas ainda podem se unir: a representação pode representar algo ao mesmo tempo em que se apresenta representando algo.

Hall (2016, p. 108) complementa:

[...] processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem [...] para produzir sentido. Desde já, essa definição carrega a importante premissa de que coisas – objetos, pessoas, eventos, no mundo - não possuem, neles mesmos, nenhum sentido fixo, final ou verdadeiro. Somos nós - na sociedade, dentro das culturas humanas – que fazemos as coisas terem sentido, que lhes damos significado. Sentidos, conseqüentemente, sempre mudarão, de uma cultura ou período ao outro.

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Glaucia Elen Santos Xavier

Nesse sentido, concede-se significado às coisas, aos signos e símbolos (sonoros, escritos, iconográficos) pela maneira como os representa, as palavras que se usa para se referir a eles, as histórias que se narra a seu respeito, a imagem que deles se criam, as maneiras que são classificados e aos valores que lhes são atribuídos.

A representação necessita expressar a identidade do ser, sua deturpação provoca constrangimento e violenta o outro. Dessa forma, é possível perceber que a representação se constrói em uma arena de lutas, sendo necessário entender por quais meios um grupo impõe, ou tenta impor, suas concepções de mundo, o seu domínio.

As representações, mesmo que fundadas na razão, carregam consigo os interesses do grupo que as criou. Assim, é essencial relacionar o discurso feito e a posição ocupada por quem o profere. O discurso é construído com base em uma posição de autoridade que legitima essa posição de poder e hierarquiza os distintos grupos. Conforme Chartier (2002, p. 17), não existe neutralidade nas percepções do social, logo, as representações não são discursos imparciais, ao contrário,

[...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Glaucia Elen Santos Xavier

Essa hierarquização legitima um grupo em detrimento de outro: um ocupa posição de poder e dominação, enquanto o outro se encontra em situação de submissão e aceitação. Isso pode afetar a construção da identidade, como a racial, dos negros, por exemplo. Uma representação criada sobre as pessoas negras pode ser aceita por esse grupo ou negada, todavia, de qualquer forma, afeta a sua identidade, pois não foi produzida por eles, foi elaborada e imposta como real, o que pode dificultar a construção ou reconstrução de uma identidade racial positiva.

A representação de um grupo ou indivíduo integra sua realidade social, tanto pela forma como é percebida quanto pelo que representa, como indica Chartier (2011, p. 22):

As lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem. Ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais, e o exercício da dominação, qualquer que seja, graças à violência simbólica.

Compreender como as representações constroem as relações de dominação torna-se essencial, pois estas possuem energia própria e tentam a todo momento convencer que o mundo, a sociedade ou o passado são exatamente como elas se apresentam. Dessa forma, uma representação do povo negro pode ser construída de maneira estereotipada e apresentada como uma verdade absoluta.

Em seu caráter prático, a funcionalidade da representação mostra-se a partir da diferença e da estereotipagem, como traz Hall (2016). A diferença apresenta ambivalência, tendo, ao mesmo tempo, pontos positivos e negativos, o que a torna necessária, mas também perigosa.

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Glaucia Elen Santos Xavier

Positivamente ela se destaca por dar significado através das oposições binárias, marca a diferença de algo ao colocá-lo como contrário a outro. Assim, só se sabe o significado do preto ao colocá-lo em uma posição de contrariedade ao branco. Ela também se constrói pelo diálogo com o outro, pela troca, e atribui significados às coisas ao estabelecer um sistema classificatório. A relação com o outro é essencial para a constituição dos sujeitos e de sua identidade.

Negativamente as oposições binárias acabam sendo reducionistas e simplificadoras, estabelecem uma relação de poder, nas quais um polo domina o outro. Nesse sentido, o branco seria dominante em relação ao preto. A classificação também apresenta problemas, pode gerar práticas ou julgamentos incorretos, aparecimento de coisas ou pessoas em categorias erradas ou em alguma que não lhe cabe. O autor traz o exemplo dos mulatos e mestiços, que não são “brancos” nem “negros” e, portanto, transitam entre os dois grupos. Essa marcação da diferença pode resultar na exclusão do que é considerado “impuro”, “anormal”, ou pode ser atraente devido à posição de ameaça frente à ordem cultural. Por fim, a subjetividade do sujeito nunca estaria concluída, por ser dependente do outro. A diferença, diz Hall (2016, p. 160):

[...] pode ser tanto positiva quanto negativa. Por um lado, é necessária para a produção de significados, para a formação da língua e da cultura, para as identidades sociais e para a percepção subjetiva de si mesmo como um sujeito sexuado. Por outro, é, ao mesmo tempo, ameaçadora, um local de perigo, de sentimentos negativos, de divisões, de hostilidade e agressão dirigidas ao “Outro”.

Assim, a representação foi e continua a ser utilizada para marcar a diferença racial e significar o outro. Entre as políticas racializadas da

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Glaucia Elen Santos Xavier

representação, observa-se a naturalização da diferença, estratégia que reduz as culturas do povo negro e pode levar a folclorização. O artifício, como coloca Hall (2016), é reduzir, essencializar e naturalizar as características de uma pessoa ou grupo, fixa-se a diferença, para, posteriormente, exagerar e simplificar esses traços, chegando à estereotipagem.

A estereotipagem implanta uma estratégia de cisão, divide o que é considerado “normal” e “aceitável”, do “anormal” e “inaceitável”, excluindo o que é diferente. Ela classifica pessoas segundo uma norma, definindo os excluídos como o “outro”. Diante desse cenário, pode-se observar que a estereotipagem ocorre, principalmente, onde existem enormes desigualdades de poder, aplica contra o “outro” as normas da própria cultura, um aspecto do etnocentrismo:

O poder, ao que parece, tem que ser entendido aqui não apenas em termos de exploração econômica e coerção física, mas também em termos simbólicos ou culturais mais amplos, incluindo o poder de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira – dentro de um determinado “regime de representação” (Hall, 2016, p. 193).

Portanto, o estereótipo se esforça para fixar o significado, ainda que este possa mudar, abrindo espaço para novas formas de representar, agora de uma maneira positiva.

A maneira que se representa um grupo social tem impacto direto sob a construção e reestruturação da identidade dos indivíduos. Na pós-modernidade, como aponta Hall (2006), a identidade foi marcada pela diferença, atravessada por diferentes divisões e antagonismos sociais, o que contribuiu para a sua fragmentação. Há emergência de sujeitos que

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Glaucia Elen Santos Xavier

apresentam diferentes posições e subjetividades, as quais podem ser contraditórias e, em distintos momentos, uma pode prevalecer em detrimento de outra.

A identidade pode mudar de acordo com como o sujeito é representado. A concepção de si próprio também é afetada pela identidade nacional, pela maneira como essa constrói sentidos, narra histórias, memórias e conecta passado e presente sobre a nação. Hall (2006) coloca que a narrativa da cultura nacional é contada e recontada em histórias, na literatura, na mídia e na cultura popular, fornece imagens, panoramas, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências compartilhadas, as perdas e as vitórias, dando ênfase na tradição. Também são incluídas invenções de tradições, com o intuito de incutir certos valores e normas de comportamento através da repetição, além de narrar um mito fundacional, conta a origem da nação e do povo de forma a remeter a um passado muito distante.

Há casos destoantes, como se pode ver no Brasil, culturas separadas que só foram unificadas por um processo de conquista violento, havendo a supressão forçada das diferenças. Nesse caso, a cultura nacional buscará unificar a identidade cultural, apresentando-a como pertencente a uma mesma unidade, o que é dificultado, no caso brasileiro, pela questão racial. A forma de se representar o negro na sociedade brasileira, de se construir sua identidade a partir da elaboração de uma identidade nacional, perpassou desde ideias de inferioridade e superioridade biológica até o mito da democracia racial, em que todas as raças viveriam em harmonia, sem a sombra do racismo, o que, de fato, não corresponde à realidade.

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Glaucia Elen Santos Xavier

Formação da identidade nacional e seu desdobramento na representação

A inferioridade atribuída à população negra e a ocultação do racismo por meio do mito da democracia racial são marcas da identidade nacional brasileira construída no pós-abolição. Recém-elevados à condição de “cidadão”, os ex-escravizados tiveram que lidar com uma limitada liberdade e com um diminuto espaço na narrativa oficial sobre a constituição do país.

Em 13 de maio de 1888, extinguiu-se a escravidão no Brasil. Contudo, a liberdade veio sem qualquer política de reparação para essa população, diferente do que era esperado por eles, como evidencia o trecho abaixo:

Para os ex-escravos a liberdade significava acesso a terra, direito de escolher livremente onde trabalhar, de circular pelas cidades sem precisar de autorização dos senhores ou de ser importunado pela polícia, de cultuar deuses africanos ou venerar à sua maneira os santos católicos, de não serem mais tratados como cativos e, sobretudo, direito de cidadania (Albuquerque; Filho, 2006, p. 194).

As esperanças foram frustradas pela total falta de apoio no pós-abolição. Apesar das decepções, que foram se confirmando ao longo do tempo, a promulgação da Lei Áurea reverberou com grandes comemorações em diversas partes do país, como nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e São Francisco do Conde. Com a presença dos ex-escravizados e de caráter popular, toda essa comoção demonstra a amplitude do movimento antiescravista no Brasil.

Entretanto, como posto por Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 196), é necessário entender os desdobramentos da abolição da escravidão:

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Glaucia Elen Santos Xavier

No dia 13 de maio mais de 90 por cento dos escravos brasileiros já haviam conseguido a liberdade por meio das alforrias e das fugas. Entretanto, a destruição da escravidão foi um evento histórico de grande importância e marco fundamental na história dos negros e de toda a população brasileira. Foi uma notável conquista social e política. Mas é preciso perceber como os ex-escravos buscaram viabilizar suas vidas após a abolição.

Os dias posteriores à abolição foram de testes aos limites da condição de liberdade, com constantes momentos de tensão. Os ex-escravizados buscaram se distanciar do passado de escravidão, rechaçando os antigos ofícios e a trabalhar sem receber pagamento. Grande parte dos libertos optou por permanecer nos locais em que estavam e tentar negociar com os antigos senhores, que, em geral, se mostravam indispostos. A manutenção da hierarquia social era vista como indispensável, queriam assegurar o status quo dessa sociedade, manter a hierarquia como existia durante a escravidão, inclusive na construção da nacionalidade.

Inserir o negro como elemento constituinte da nacionalidade e da identidade brasileira tornou-se, então, um problema, como nos informa Munanga (1999, p. 51):

O fim do sistema escravista, em 1888, coloca aos pensadores brasileiros uma questão até então não crucial: a construção de uma nação e de uma identidade nacional. Ora, esta se configura problemática, tendo em vista a nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisas e força animal de trabalho, ainda não mudou? Toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira.

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Glaucia Elen Santos Xavier

Entre o final do século XIX e início do XX, a elite brasileira buscou na ciência europeia, tida como desenvolvida, explicações para a situação racial do país, além de analisar caminhos para a construção da nacionalidade, dificultada pela diversidade racial. Schwarcz (1994) coloca que o Brasil era recorrentemente descrito como uma imensa nação mestiça, um caso extremo e singular que atraía a atenção dos naturalistas estrangeiros, os quais visitavam o país e comentavam a mestiçagem duramente, como uma maneira de degeneração da sociedade. Pensamento que passou também a se disseminar internamente.

A consequência da miscigenação era um dos itens mais polêmicos das teorias raciais, inclusive, a faculdade de medicina legal da Bahia adotou-as em seus estudos, utiliza-se de aspectos exteriores e interiores do corpo para evidenciar a degeneração da população causada pela mistura das raças. “Casos de doença mental, epilepsia e alcoolismo, dentre outros males, eram considerados consequências da mistura de raças, a mestiçagem” (Albuquerque, Fraga Filho, 2006, p. 206), assim, se deveria a evitá-la se quisesse uma sociedade segundo os moldes europeu.

A pluralidade racial herdada do período colonial era percebida pela elite brasileira como uma ameaça para a construção da nação, que se pensava branca,

O que estava em jogo, nesse debate intelectual nacional, era, fundamentalmente, a questão de saber como transformar essa pluralidade de raças e mesclas, de culturas e valores civilizatórios tão diferentes, de identidades tão diversas, numa única coletividade de cidadãos, em uma só nação e em um só povo (Munanga, 2005, p. 132).

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Glaucia Elen Santos Xavier

Contudo, como traz Schwarcz (1994), os cientistas e intelectuais brasileiros enfrentaram um dilema: a aceitação total das teorias deterministas que vinham de fora significava concordar que a miscigenação levava à degeneração não só do indivíduo como também de toda uma coletividade, portanto, não existiria salvação para o Brasil.

Para contornar o impasse, uma solução proposta foi o branqueamento da população. Acreditava-se que a imigração europeia, em conjunto com o processo de miscigenação, iria, a longo prazo, resultar no embranquecimento da população e no desaparecimento da mácula da cor, assim “remediando” séculos de danos causados pela escravidão. Nas palavras de Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 208):

Havia até quem calculasse que cem anos, no máximo, seriam suficientes para que o sangue, a pele e os costumes dos brasileiros “branqueassem”. Em 1911, durante o Congresso Internacional das Raças realizado em Londres, o representante brasileiro, Batista Lacerda, garantiu que no início do século XXI já não haveria negros no país e que o número de mulatos seria insignificante.

Essa inserção do sangue branco por via do processo migratório, as baixas nas taxas de fecundidade e de natalidade da população negra e as altas taxas de mortalidade, como aponta Munanga (1999), ajudaram na diminuição desse grupo. Porém, há indícios de uma resistência às uniões inter-raciais por parte dos negros. Nem todos os mestiços casavam-se com pessoas mais claras para ter filhos branqueados, assim como “Nem todas as negras e negros teriam a chance de encontrar parceiros sexuais mestiços e brancos que lhes dariam filhos mestiços, futuros candidatos ao branqueamento” (Munanga, 1999, p. 113). Além disso, existiam implicações genéticas, que não permitiram a concretização desse projeto político, a

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Glaucia Elen Santos Xavier

população negra voltou a crescer e esse ideal foi abandonado, abrindo espaço para o desenvolvimento do mito da democracia racial.

A partir da década de 1930, o mito da democracia racial passa a dominar o pensamento intelectual. Gilberto Freyre, como traz Munanga (2005), coloca como ocorreu a diminuição entre a casa grande e a senzala. Devido à falta de mulheres brancas, os portugueses, por sua “flexibilidade natural”, se “aproximaram” sexualmente das escravizadas, promovendo dessa forma, uma integração harmoniosa da sociedade brasileira. Ele transformou a mestiçagem em algo positivo, mostrando que negros, indígenas e mestiços tiveram contribuições na cultura brasileira, influenciando o estilo de vida dos senhores em matéria de comida, indumentária e sexo,

Freyre consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia. Foi assim que surgiram as misturas. As três raças trouxeram também suas heranças culturais, paralelamente aos cruzamentos raciais, o que deu origem a uma outra mestiçagem no campo cultural. Da idéia dessa dupla mistura, brotou lentamente o mito de democracia racial (Munanga, 2005, p. 135).

Essa estratégia discursiva exalta a ideia falaciosa de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as etnias, o que permite que a classe dominante dissimule as desigualdades e impeça os negros de terem uma consciência dos mecanismos de exclusão dos quais são vítimas:

Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando que todos se reconheçam como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais, que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”,

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Gláucia Elen Santos Xavier

“dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (Munanga, 2005, p. 135).

Essas teorias ainda habitam o psicológico da população negra. Mesmo tendo fracassado, o ideal de branqueamento permanece no inconsciente e dificulta a busca por uma identidade baseada na negritude e na mestiçagem. O mito da democracia racial se faz presente na atualidade por dar esperança de um futuro de igualdade para todos e pela dificuldade em falar sobre as desigualdades raciais.

Diante do exposto, nota-se o empenho da classe dominante e dos intelectuais brasileiros em criar uma identidade nacional que fosse capaz de, em determinado momento, suprimir as tensões raciais: primeiro com a tentativa de extinguir a população negra; depois, com a imposição de uma unidade fictícia. Esse processo tem impacto direto sobre a forma que os negros são representados, sua imagem foi construída de fora para dentro, marcada pela estereotipação e pela deturpação, dificultando a construção de uma identidade negra coletiva e individual positiva.

Considerações finais

Ao longo do texto foi possível observar que a formação da identidade nacional brasileira, especialmente no período pós-abolição, esteve atravessada por estratégias de ocultação das desigualdades raciais e pela tentativa de manter o controle social herdado da escravidão. A elite branca, ocupando uma posição hierárquica de poder, construiu representações deturpadas sobre negros e negras, que os estigmatizaram e os reduziram a estereótipos convenientes a seus interesses.

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Glaucia Elen Santos Xavier

Demonstrou-se que, diante do fracasso do projeto de branqueamento, consolidou-se o mito da democracia racial como estratégia de dissimulação. Essa narrativa passou a sustentar a ideia de convivência harmoniosa entre grupos raciais, encobrindo conflitos e impedindo a tomada de consciência crítica por parte da população negra. Ao mesmo tempo, a cultura e as contribuições desse grupo foram apropriadas e transformadas em símbolos nacionais pelas elites dirigentes.

Do ponto de vista conceitual, a análise dialoga com Chartier (2002; 2011), ao considerar que as representações não são meros reflexos da realidade, mas construções sociais e políticas que produzem efeitos concretos sobre aqueles que são representados. Nesse sentido, a forma como a elite brasileira passou a descrever e classificar a população negra serviu para organizar e legitimar hierarquias, delimitando espaços de exclusão e subalternidade.

Complementarmente, Hall (2006; 2016) auxilia a compreender como a identidade e a diferença são produzidas dentro de relações de poder. A estereotipagem, nesse caso, opera como mecanismo de fixação de sentidos negativos, naturalizando desigualdades e cristalizando visões reducionistas sobre os negros. Assim, a representação da população negra não foi neutra, mas constituiu um instrumento de poder que, ao mesmo tempo em que marginalizava, moldava subjetividades e interferia na construção das identidades individuais e coletivas.

Conclui-se, portanto, que a representação da população negra no Brasil pós-abolição não apenas influenciou a maneira como negros e negras foram vistos socialmente, mas também afetou profundamente a

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Glaucia Elen Santos Xavier

forma como passaram a se ver, reforçando sentimentos de inferioridade. A superação desse quadro exige não apenas o reconhecimento das deturpações, mas também a afirmação de narrativas próprias, capazes de ressignificar a presença negra na história do Brasil e de fortalecer identidades positivas, baseadas na valorização da negritude e na crítica aos estereótipos ainda persistentes.

A representação e suas reverberações na formação da identidade nacional brasileira

Glaucia Elen Santos Xavier

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W; FRAGA FILHO, W. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHARTIER, R. Defesa e ilustração da noção de Representação. Fronteiras. v. 13. n. 24, p. 169-183, 2011.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, pp. 100-122, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. Cultura e representação. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

MUNANGA, K. A redemocratização de 1945 e a crise do mito da democracia racial: uma vista panorâmica. In: SALGUEIRO, M (org.). A república e a questão do negro no Brasil. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHWARCZ, L. Espetáculo da miscigenação. Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 8, n. 20, pp. 137-152, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9652>. Acesso em: 26 jun. 2024.